

IGREJA ENTRE O DOMICÍLIO E A POLÍTICA

Cícero Camillo Junior (autor), Wilhelm Wachholz (Orientador)

INTRODUÇÃO

O tema deste projeto e desta pesquisa surge da necessidade de rever a importância da eclesiologia protestante na vida do indivíduo e seus impactos na sociedade, trabalho e política. Diante do pensamento

líquido pós-moderno, basear-se nos estamentos é uma proposta de segurança, apresenta-se como o contrário de liquidez e individualismo.

RESUMO

Martim Lutero apresenta a doutrina dos três estamentos ou das três ordens em sua interpretação da criação e do lapso, a saber, queda. Em sua última grande obra, a Preleção sobre o Gênesis, Lutero afirma que Deus institui a Igreja (*Ecclesia*) na sexta, tendo em mente os sete dias da criação como narra o livro bíblico Gênesis, quando é criada a árvore do conhecimento do bem e do mal, para que seja consumada no Sábado mediante a resposta humana à ordem divina. Este é o estamento básico e essencial que envolve da relação bondosa e graciosa de Deus em criar e se relacionar com suas criaturas, seguida da livre resposta da pessoa. A Igreja trata da relação pessoa-Deus. Posteriormente, Deus estabelece o domicílio (*oconomia*), quando cria Eva. Neste relato, é entregue à humanidade o cuidado à natureza e aos seus semelhantes. Todo o complexo sistema de produção e reprodução está incluso nesta ordem. O

domicílio envolve as relações pessoa-pessoa e pessoa-natureza. Ambos estamentos citados foram criados por Deus antes da queda, porém, com o lapso e a depravação da humanidade, ocorre um salto da essência para a existência diabólica, a saber, existência separada de Deus, e faz-se necessário a criação de um terceiro estamento, a saber, a política (*politia*). Deus cria a política como “plano de contingência”, um método de garantir que a depravação do estamento econômico não alcance seu suprassumo. É a ordenação do governo civil, que assegura a intercomunicação humana a fim de promover uma sociedade mais digna, justa, equitativa e passiva. O estamento político é o garante de que as relações pessoa-pessoa e pessoa-natureza não sejam extinguidas mediante à depravação do estamento fundamental, que é a Igreja.